

MEB

Movimento de Educação de Base

## HIPÓTESES A SEREM CONSIDERADAS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO MEB

1. Estas propostas estão sendo remetidas a todos os Srs. Bispos de área de MEB, aos Estaduais e respectivas equipes e aos Sistemas isolados.

2. As respostas deverão ser recebidas pela Comissão até 5-8-66, devendo ser enviadas por escrito, a fim de serem classificadas. Delas se formulará a matéria de discussão do encontro de setembro.

3. Deve-se tomar em consideração que a verba disponível, no momento, é o condicionante básico que determina uma definição, de todos, até setembro.

As hipóteses também se condicionam à possibilidade de sucesso ou não da missão da Secretária Executiva Nacional do MEB junto a entidades internacionais com o fim de solicitar financiamento.

Outro fator a ser considerado é que, segundo o desejo de muitos interessados, deve ser aperfeiçoada a atual estrutura do MEB, a qual não permite uma definição satisfatória sobre as áreas de responsabilidade no Movimento.

Será necessário ter presente a oportunidade ou não de qualquer alteração face à atual situação política do país.

4. Qualquer que seja a hipótese assumida, todos os recursos obtidos em nome do MEB, dentro e fora do país, constituem seu patrimônio e serão aplicados segundo critérios adotados pelos seus órgãos responsáveis.

Qualquer que seja a hipótese assumida, o pessoal que compõe os atuais quadros do MEB, não perderá seus direitos face à responsabilidade trabalhista do Movimento. Conforme as resoluções que vierem a ser tomadas, cada pessoa discordante, dentro de um prazo razoável, seria automaticamente demitida, desde que explicitamente, por escrito, sua discordância.

As sugestões enviadas terão que tomar em consideração que, além dos itens anteriores, tudo o que se propõe é ainda matéria para discussão.

5. As respostas devem versar sobre todas as três hipóteses.

H I P Ó T E S E I

Permanência do MEB sob a responsabilidade dos Bispos

1a. alternativa

Manutenção da estrutura atual onde existem duas linhas paralelas de responsabilidade: a de responsabilidade da Hierarquia pelo Movimento global e, a de responsabilidade dos leigos de reflexão, planejamento e execução do trabalho, numa estrutura nacionalmente organizada.

2a. alternativa

Modificação da atual estrutura:

- a) A responsabilidade do MEB estaria limitada à área de cada Diocese?
- b) O CDN continuaria existindo? E o CDE?
- c) Existiria Encontro Nacional de Coordenadores?
- d) Os recursos seriam distribuídos a cada Diocese?
- e) As Dioceses proveriam seus recursos nos anos futuros independentemente?
- f) Quais seriam as atribuições do Nacional?
  - . Deixaria de existir?
  - Coordenaria os Sistemas sem responsabilidade financeira?
  - . Daria apenas assessoria pedagógica especializada?
  - . Daria uma orientação técnica sem interferência na linha de cada Sistema?
  - . Seria um serviço à disposição dos que desejassem e solicitassem?
- g) Como seria mantido o Nacional?
  - . O próprio Nacional proveria seus recursos?
  - . Seria financiado pelos sistemas conforme o serviço que prestasse? Ou através de quotas fixas de cada sistema?

3a. alternativa

Modificação da atual estrutura

- a) Aumento de representatividade de leigos do Movimento no CDN? Como?
- b) Dando que tipos de poder deliberativo aos Encontros Nacionais de Coordenadores? Substituindo o Conselho de Representação e Consulta que consta dos Estatutos?
- c) Participação dos leigos no CDE?
- d) Dando que tipos de poder deliberativo aos Encontros de coordenadores Estaduais? Como?

- e) Modificações na Comissão Executiva Nacional? Quais?
- f) Modificações das responsabilidades administrativas?  
Em que níveis?
- g) outras sugestões

### H I P Ó T E S E I I

Sucesso em relação aos recursos financeiros e transferência do MEB à inteira responsabilidade dos leigos.

- a) O MEB passaria a se constituir numa entidade civil autônoma de plena responsabilidade dos leigos?
- b) Organizado nacionalmente para prestar serviços e realizar trabalhos de educação de base?
- c) Aproveitando a experiência de 5 anos de ação, elaboraria novas formas de funcionamento em relação à sua estrutura?
- d) Seu órgão máximo passaria a ser o Encontro Nacional de Coordenadores?
- e) Modificações na Comissão Executiva Nacional? Quais?
- f) A continuidade de utilização de suas atuais sedes, de emissoras e de outros recursos pertencentes às diversas Dioceses, ficaria na dependência de convênios e contratos a serem feitos por estas e o MEB? ~
- g) outras sugestões

### H I P Ó T E S E I I I

Insucesso na obtenção de recursos

#### 1a. alternativa

- a) Subsistem as áreas em que a Hierarquia puder manter os trabalhos? De que forma? Independentemente? Coordenadamente?
- b) Os leigos passariam a trabalhar em outras estruturas?

#### 2a. alternativa

- a) Subsistem as áreas em que os leigos queiram assumir os trabalhos? De que forma? Coordenadamente? Independentemente?

OBSERVAÇÕES

- . As considerações devem ser enviadas depois de estudos das equipes, de discussões destas com seus respectivos Bispos locais, devendo ser enviadas as proposições de ambos, quer sejam coincidentes ou divergentes.
- . Os COE devem se reunir para discussão e enviar também suas propostas, de forma conjunta ou separada, conforme desejarem.
- . Os Estaduais deverão discutir com suas Equipes, em encontros especiais, podendo enviar propostas de conjunto ou de cada equipe, conforme sejam coincidentes ou não.
- . Os documentos básicos para essas discussões devem ser;
  - . Normas e Diretrizes para Funcionamento
  - . MEB, sua origem, sua ação e seu conteúdo (Doc.Base)
  - Os Estatutos do MEB (antigos)
  - . Outros documentos pontifícios ou conciliares que as equipes ou os Srs. Bispos desejarem.
- . As propostas devem/<sup>ser</sup> enviadas, datilografadas, observando a mesma ordem do questionário, para facilitar sua classificação.
- . Pode-se enviar justificações de posições assumidas, mesmo que não sejam as mesmas constantes do questionário, assim como propor outras hipóteses e alternativas.

As equipes estaduais e diocesanas do MEB:

Paz!

Ouvi, com a devida atenção, a leitura de todos os depoimentos que vocês enviaram à Secretária Geral do MEB, relativamente à situação que o movimento está vivendo, atualmente.

Verificando que a carta por mim endereçada ao Snr. Ministro da Educação foi a causa primordial da tempestade que desabou sobre o C.D.N., sinto-me na obrigação de prestar-lhes os seguintes esclarecimentos:

- Tenho pelas pessoas e pelas cousas o mais profundo respeito.
- Tenho a mim mesmo o respeito que a consciência humana e cristã me inspira.
- Entendo, até certo ponto, todos os desabafos que acharam por bem de fazer, alguns deles inoportunos e desrespeitosos, a propósito da carta cujo corpo e espírito não conseguiram interpretar fielmente.
- A juventude, à procura de maturidade, mesmo dominada por ideais válidos, pode ser vítima de emoções contrariadas e presa de uma auto-suficiência que nem sempre é boa conselheira.
- Recebi a descarga elétrica, senti momentaneamente seus efeitos, mas depois, com relativa facilidade, me reconpuz, emocionalmente.
- E, agora, no silêncio da noite, estou lhes escrevendo estas linhas.
- Permitam-me que, inicialmente, estranhe esse tipo de reação que tiveram e a precipitação que os empolgou, diante do fato.
- Se desejam ser tratados com respeito (o que é justo e necessário) por que não fizeram o mesmo comigo que, na pior das hipóteses, sou um irmão mais velho do que vocês?
- Por que, antes de promoverem o ataque não planejado e coordenado, inclusive com detrimento de minha responsabilidade moral, não procuraram o caminho normal do diálogo e do esclarecimento?
- Por que, antes de ser lido, na reunião do C.D.N. o protesto coletivo contra a minha carta, não tiveram ao menos a delicadeza de prevenir-me, para que não fosse assaltado pela surpresa violenta?
- Em que ponto da carta existe uma ofensa pessoal ou um atentado à consciência profissional cristã?
- Vocês leram atentamente o documento? Não sentiram que procurei tratar o MEB com o respeito que merece? Que não foi feita qualquer afirmativa que pudesse atingir, substancialmente, a estrutura e a filosofia do MEB que a CNBB criou?
- Vocês, em sua consciência, podem negar que o texto - "Viver é lutar" - encerra dificuldades de interpretação?"  
Ten ou não ten havido celeuma em torno dessa cartilha?  
Concordam? Nesse caso, não há injúria, mesmo porque a carta não emite juízo sobre tal documento.  
É de considerar-se que eu pessoalmente não imaginei perfeito o texto, mesmo porque, pretendendo desenraizar o homem rural de uma estrutura inadequada não diz claramente o que vai acontecer depois.  
Esclareço ainda que esse meu pensamento é igual ao pensamento que alimentava no período de elaboração das cartilhas.

É fóra de dúvida que o C.D.N. o fez sair de circulação e não ne consta que o tivesse feito apenas "ad tempus".

Quanto à revisão dos novos textos, trata-se de mera possibilidade que a transformar-se em realidade ensejaria um diálogo a que ninguém deve fugir.

- Vocês se irritaram com a afirmação de que "o MEB está enpenhado, atualmente, em proceder a uma reestruturação do movimento, de sorte que chegue a descentralizar-se, convenientemente". Viram nessa afirmação o decreto de morte do MEB, e até fraqueza moral de quem a escreveu. Aqui, peço licença para lançar o meu protesto contra a interpretação leviana que fizeram. Um movimento, por mais completo que seja, para julgarse irreformável, precisaria possuir a perfeição essencial. Se a Igreja, como tal, que possui a assistência do Espírito Santo, humildemente se propõe a renovar-se, por que o MEB não pode admitir reestruturação? O orgulho intelectual é pior do que a ignorância humilde. O que está escrito no item B da carta, quando se fala em reestruturação? Que seja gradativa e conveniente. Onde a injúria? Onde se diz que a Executiva Nacional deve ser eliminada, pura e simplesmente?

A descentralização quer dizer, ipso facto, perda de unidade?

Esclareço a vocês que essa prometida reestruturação está na pauta do MEB, desde algum tempo. Verifiquem as atas da penúltima reunião do Conselho e encontrarão o problema como preocupação e estudo.

- Qual o destino do MEB?

Ficar com a responsabilidade exclusiva dos leigos?

Permanecer sob a responsabilidade direta da hierarquia, mas interpretado e executado por leigos?

Até onde deve chegar a responsabilidade de uns e de outros, na 2a. hipótese.

Quais têm sido as fontes maiores de fricções, de tensões, dentro do MEB? Como evitá-las? Como entrosar melhor o MEB com as Dioceses?

Como desfazer o excesso de presença do Nacional nas Estaduais, segundo o depoimento de vários Srs. Bispos?

Ainda nessa linha de considerações, não poderia o Nacional exercer as funções de coordenador do MEB, dando-se porém, mais personalidade aos sistemas estaduais e diocesanos, inclusive financeiramente?

Vocês acham que essas idéias são indignas e bárbaras e moralmente defeituosas?

Vejam, porém, que por respeito a todos vocês, a carta não disse como se faria essa reestruturação, embora já tivesse conhecimento da proposta apresentada por qualificado membro do C.D.N.

- A carta defende a existência de uma séde no Rio de Janeiro, e, entre os argumentos que poderia invocar, escolheu, pedagogicamente um, de caráter prático e intuitivo. Vocês se insurgem contra isso e ne tratam como se fosse inimigo do MEB.
- Vocês acharam um absurdo e uma ofensa o item D que, na carta fala da possibilidade da presença de um representante do MEC no MEB e ameaçam inclusive o fechamento de sistemas. E lhes respondo que essa afirmativa está incluída no Decreto Presidencial e faz parte das cláusulas dos aditivos que todos os anos se repetem, no Ministério da Educação. Como, na prática, esse representante jamais compareceu às reuniões do MEB, achei deveria declarar que nada teria a tener o Movimento com essa presença. Pelo contrário, está disposto a aceitá-la. Não se trata, é evidente, de um fiscal do Ministério junto ao MEB, mas de um representante com quem se pudesse dialogar em alto nível. O item E afirma a autonomia do MEB. O item F diz o óbvio que mesmo assim mereceu críticas e censuras.

- Desejo declarar que a CNBB, como tal, não interferiu nesse caso do MEB. Nenhum de meus atos foi combinado com qualquer dos membros da Presidência ou da Comissão Central da CNBB. Se assinei na qualidade de vice-presidente foi porque imaginei daria maior cobertura ao MEB assinando, e ao MEC maior liberdade para expor os seus pontos de vista.
- Assumo inteira responsabilidade dos termos da carta, cujas idéias centrais, ainda não elaboradas definitivamente, foram lidas perante a direção executiva que fez algumas observações aceitas pelo redator, e cujo texto definitivo, simplificado e redigido com a colaboração do Presidente do C.D.N., foi explicado pormenorizadamente a D. Marina e a D. Vera, sem qualquer reação externa das mesmas, no momento.
- Peço-lhes desculpas pelo mau serviço que imagino prestei ao Movimento. Declaro, porém, que fui insistentemente chamado a tratar do assunto e que tive de vencer-me a mim mesmo para atender ao convite, porque sabia ser tarefa delicadíssima.
- Comunico-lhes que antes de escrever a carta e, quando senti a complexidade do problema, declarei ao MEB Nacional: 3 caminhos, nesta hora o MEB poderá seguir:
  - a) encerrar imediatamente suas relações com o Ministério
  - b) entrar na faixa da polêmica direta
  - c) tomar o caminho do diálogo com a dignidade que convém ao movimento, mas disposto a ceder algo que não importasse em sacrifício da causa e de seus objetivos essenciais.

A falta dos polemistas convictos e diante das circunstâncias vexatórias em que se encontrava o MEB, tentei a terceira via, preocupado mais em resolver a situação de 1966 do que o problema do MEB definitivamente.
- A carta que espontaneamente enderecei ao Sr. Ministro da Educação é um documento conciso que procurou guardar, na substância, uma linha de coerência. Enganam-se vocês quando supõem na minha pessoa insuficiente responsabilidade para tratar de assuntos sérios e graves. Jamais me curvei perante qualquer espécie de pressão. Jamais abandonei os leigos de minha Arquidiocese, na hora da provação. Mas, por outro lado, procurei orientá-los no sentido de que não se transformassem em instrumentos de inquietação e de antagonismo cego. Não se confinassem, confinando a Igreja a um determinado momento histórico.
- Em matéria de orientação para leigos, venho defendendo a tese de que há um princípio natural e sobrenatural de hierarquia na Igreja. Que todos os leigos não possuem as mesmas características nem a mesma vocação apostólica dentro do mundo. Que há um direito sagrado para o leigo, inclusive de fazer sua opção no temporal, e até um dever, contanto que suas idéias e atitudes se ajustem ao quadro geral da doutrina cristã. E porque esse direito de opção existe, o representante da hierarquia não sómente pode gozar, pessoalmente, desse direito, como ainda, do ponto de vista pastoral, pode e, em certos momentos, deve saber respeitar outras opções de leigos que se julgam seguros de sua posição. E quando o cristão se engaja num movimento patrocinado diretamente pela hierarquia que resolve assumi-lo, claramente, deve compreender também a mentalidade pluralista reinante em nosso meio católico e não pretender exigir de seus Pastores tomadas de posição agressivas e tendentes a favorecer seus pontos de vista ideológicos, por mais respeitáveis que sejam, como se fossem os únicos verdadeiros.
- Sei da dedicação que vocês têm dado ao Movimento, colocando nele alma e coração. Não desconheço os textos conciliares a respeito da consciência adulta dos leigos.

Lembro a vocês apenas que em verdade, temos, na perspectiva da Igreja um problema de liderança e um problema de massa.

E não aceito aquela orientação que pretende transformar a Igreja num grupo privilegiado, porque todos os batizados e os não batizados devem merecer a nossa preocupação.

Devemos batalhar pelo crescimento espiritual de nossa Igreja. A fé infantil deve ceder lugar a uma fé consciente e amadurecida.

Os grupos de vanguarda, que também exercem papel importante na história eclesiástica e profana, no preparo dos grupos humanos e no lançamento das idéias de renovação, não podem fugir aos critérios de uma sábia dosagem pedagógica.

Não podemos agir como rolo compressor, mas como fermento de transformação.

- Finalizando essa longa conversa, preciso ainda comunicar-lhes que, senão meu pedido, o C.D.N. do MEB e a Comissão Central da CNBB tiveram conhecimento oficial desta resposta e, no episódio, hipotecaram unânime solidariedade ao seu autor.
- Mas o que mais me conforta é ter a convicção de que vocês, tão ardentes soldados da causa do MEB, não deixarão de ser firmes e dóceis, retos e compreensivos na interpretação dos problemas sociais e religiosos de nossa Pátria.

Que Deus os ilumine e que a fé, a esperança, a justiça e o amor os acompanhem nesta hora e sempre.

Em Cristo Jesus

*Dom Avelar Brandão Vilela*  
*Arcebispo de Teresina.*

Rio de Janeiro, 13 de Junho de 1966